



DEFICIÊNCIA VISUAL, ACESSIBILIDADE E CONSUMO

Felipe Leão Mianes – UFRGS – CNPq

Janete Inês Müller – UFRGS

Resumo: Este artigo, vinculado à perspectiva dos Estudos Culturais em Educação, tem como objetivo analisar como as condições de acessibilidade proporcionadas pelas políticas públicas têm permitido aos sujeitos com deficiência visual consumirem cada vez mais produtos culturais, o que outrora não lhes era possível. Pensar na inserção cultural das pessoas com deficiência visual proporciona uma série de diferentes experiências e possibilidades a esse grupo, cujos processos de representação podem ir além das abordagens clínicas. Recursos de acessibilidade, como a audiodescrição e os audiolivros, são exemplos de como as pessoas com deficiência visual podem acessar os produtos culturais de um modo mais efetivo e pleno, tendo suas especificidades contempladas. Resultado de outras representações e recursos de acessibilidade, como incentivo ao consumo cultural, fica evidente que os sujeitos com deficiência visual ampliam seus horizontes, sua percepção de mundo e o senso estético. Portanto, acessibilidade e consumo proporcionam aos sujeitos com deficiência visual uma potência maior nos processos de identificação e inserção em produções artístico-culturais.

Palavras-chave: Estudos Culturais em Educação – deficiência visual – acessibilidade – consumo

Na maioria das civilizações, existem menções a sujeitos cegos e a modos de tratá-los. Muitos deles eram eliminados sumariamente quando se descobria sua condição, seja por representarem perigo à harmonia social, seja por personificarem o pecado e a punição; e o seu sacrifício era necessário para que o castigo divino não recaísse sobre todos. Em outros casos, os cegos tinham funções transcendentais e se achava que eram oráculos que conheciam o ‘mundo da escuridão’; portanto, eles poderiam guiar determinadas ações e exercer papéis de adivinhos e profetas, fato que reforçava o caráter mítico sobre os sujeitos cegos (SOUZA, 2004, p.48-51).

Por outro lado, é interessante notar que muitos pintores renascentistas e iluministas se ocuparam em retratar a situação de diversos cegos, como o quadro *Belisarius*, de Fried, ressaltando a ideia da cegueira como anormalidade; mas, ainda assim, como uma forma digna de remissão de pecados e, ao mesmo tempo, de exercício de humildade (MIRZOEFF, 1998, p. 388). Ainda de acordo com o autor, a cegueira foi tratada como a ‘menor das anormalidades’, permitindo que esses sujeitos fossem civilizados e tratados pela medicina e pela educação, a fim de que não se tornassem um risco social.

Atualmente, as concepções clínicas ainda atuam fortemente sobre a deficiência visual, até porque a medicina também faz parte de todo esse caleidoscópio cultural. Entretanto, outras

possibilidades de ‘ver’ esses sujeitos estão também se constituindo, ou seja, nota-se que as representações sobre a deficiência visual são múltiplas, assumindo diferentes formas. Nesse sentido, evidencia-se um processo de ‘embates’ pelas significações, um entrelaçamento de representações em busca do controle. Embora ainda haja certa predominância de representações alicerçadas na captura da diferença, é possível perceber que, ao longo do tempo, as formas de lidar com as pessoas com deficiência visual mudaram; mas a maneira de ‘entender’ a diferença é cada vez mais sofisticada.

Para fins de políticas públicas, a deficiência visual é entendida como perda ou falta da acuidade visual e/ou campo visual, sendo essa a forma de balizar suas ações a partir de critérios objetivos (FREIRE, 2005, p. 4). Os modos mais recorrentes de definir parâmetros da deficiência visual sob o ponto de vista da medicina são os diagnósticos das causas e a profilaxia contra as mesmas. É importante fazer referência ao modo como se constituíram as representações sobre a deficiência visual, pois serviu como base para a construção dessas classificações médicas que balizam as políticas públicas, que, por sua vez, se constituem como parâmetro para a implementação de ações afirmativas, dentre as quais a acessibilidade exerce um papel fundamental.

Além disso, é por meio dessas classificações que se pode aferir a quantidade de sujeitos com deficiência visual. De acordo com o último censo do IBGE, 3,5% da população, ou seja, mais de 6,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência visual. Através desses números, pode-se perceber – ou não – que o grupo das pessoas com deficiência visual pode ser um relativamente amplo mercado consumidor. Logo, também é por meio desses fatores mercadológicos, entremeados a processos de identificação grupal dos sujeitos com deficiência, que outras representações, para além da medicalização, têm surgido em nossa sociedade.

Diante disso, algumas questões provocadoras mobilizam esta investigação: quais as possibilidades de novos e diferentes olhares sobre a deficiência visual? Qual o papel da acessibilidade e do consumo nesses processos de representação e identificação das pessoas com deficiência visual? Assim, é possível lançar outros olhares sobre essas formas de investigar a deficiência visual e suas implicações para os processos culturais e de acesso aos produtos culturais promovidos pela acessibilidade.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal demonstrar as possibilidades e as potências que a acessibilidade e o consumo de produtos culturais para pessoas com deficiência visual podem proporcionar. Fruto da dissertação de Mestrado em Educação deste pesquisador, neste texto, vinculado à perspectiva dos Estudos Culturais, busca-se analisar os

processos de construção de representação e identificação de pessoas com deficiência visual, através do acesso e consumo de produções artístico-culturais específicas para e produzidas por esses sujeitos, tomando os audiolivros e a audiodescrição como exemplos.

Representações da deficiência visual: outros caminhos e possibilidades

Desde a década de 1960, quando da ‘virada cultural’, surgiram novas perspectivas de entendimentos sobre o conceito de cultura. Estes novos campos de estudos afirmam o caráter discursivo e cultural das relações que constituem nossas identidades e diferenças e que marcam as distinções entre determinados grupos sociais (HALL, 1997a, p. 27). O conceito de cultura modificou-se e, ao invés do binarismo ‘alta’ e ‘baixa cultura’, passou a ser entendida como diferentes práticas sociais e modos de vida de um determinado grupo social. Embora não se possa dizer que qualquer coisa é cultura, isso vai depender dos olhares que lançamos sobre as coisas (MIANES, 2011, p. 4).

Os estudos sobre esses processos culturais ampliaram-se. Questões antes tidas como de outras áreas de conhecimento – ou que ainda não haviam sido devidamente pesquisadas – começaram a ser investigadas de modos diferentes, ou seja, a partir de pressupostos culturais. Por isso, nesta análise, opta-se pelos Estudos Culturais em Educação, por ser um campo amplo de análise no que diz respeito ao entendimento sobre a deficiência visual como processo discursivo de representação e de constituição de identidades.

Cabe partilhar o entendimento de representação assumido neste texto, ou seja, como uma prática, uma espécie de trabalho que, através das linguagens (sons, palavras, notas, gestos, expressões, roupas), permite a construção de conhecimentos partilhados, possibilitando que os sujeitos interpretem o mundo de maneira semelhante e se tornem membros de uma cultura. As representações se estabelecem discursivamente, construindo significados de acordo com critérios estabelecidos nas relações de poder. Assim, os significados não são intactos, fixos, naturais ou supostamente ‘corretos’; eles estão expostos à história e às mudanças; logo, novos significados e interpretações são produzidos, que, por sua vez, atuam na constituição das identidades, na construção de subjetividades, na delimitação das diferenças, na produção, no consumo e na regulação das condutas sociais (L, 1997b).

As representações são construídas individual e coletivamente. Se por um lado são significações coletivas compartilhadas, por outro, cada um as subjetiva de forma diferente.

São significações que produzem os mais diversos sentidos, traçam diretrizes de pensamentos e conceituações que têm como objetivo diferenciar e enquadrar aqueles que são diferentes da maioria. Assim, a diferença é a principal avalista dos sistemas de significados e classificações, por constituir a ordem simbólica que denominamos como cultura (HALL, 1997a, p. 229).

É possível afirmar também que as representações referentes aos ‘significativamente diferentes’¹ (AMARAL, 1995, p. 28) são como pinturas surrealistas, em que as cores são mais fortes e as situações retratadas geram angústia pelo estranhamento que provocam. Ainda fazendo uma analogia com as artes plásticas, podem-se definir os processos de representação como uma galeria de quadros. Nelas, cada grupo social pinta suas diferentes significações em cada um dos quadros e em cada um de nós – ao mesmo tempo em que somos os artistas, somos também o público. Tentamos copiá-los em telas menores, já sabendo que, ao final, cada um terá pintado um quadro diferente do original, pois depende do olhar e do enfoque de cada um.

Nesse sentido, entende-se que uma das representações que atuam com mais força sobre as pessoas com deficiência visual é a de que estas pessoas vivem em uma eterna escuridão pelo fato de não enxergarem. Conforme o senso comum, seria uma ‘tortura’ imensa viver em um mundo sem cores, sem marcas, sem luz e sem sensações visuais. Viver na escuridão é considerado um dos piores ‘castigos’. Mas são representações que não condizem com a experiência de todas as pessoas com deficiência visual, já que não enxergar não é um passaporte para um mundo ‘preto’ por completo. Por outro lado, já que cada vez mais o mundo está se tornando um ‘paraíso’ visual, em que o mercado transforma em espetáculo tudo o que se enxerga, para muitos, viver ‘sem’ toda essa exposição visual poderia até ser um ‘tormento’.

Ao discutir as representações, interessa também aprofundar a compreensão acerca dos estereótipos. Concordando com Hall (1997b), eles podem ser entendidos como conjunto de práticas representacionais, que interferem na aceitação da(s) identidade(s), fazendo com que os sujeitos acumulem representações, sendo classificados e entendidos conforme uma norma de violento valor simbólico. Os estereótipos separam o ‘normal’ do ‘anormal’, delimitam fronteiras e excluem tudo aquilo que não convém na manutenção da ordem social vigente.

Os estereótipos abrangem características de serem mantidas na memória, facilmente apreendidas e amplamente reconhecidas de uma pessoa, reduzem tudo àqueles traços, exageram e os simplificam, e os estabelecem para sempre sem mudança ou desenvolvimento.

¹ Ainda que o adjetivo “significativamente” remeta a uma idéia de hierarquização de certas diferenças não utilizo o termo neste sentido, mas como forma de ressaltar o enfoque a diferença/deficiência.

Além disso, reduzem o outro a características essencialistas, reducionistas e naturalizantes; situam uma estratégia de partição, excluindo tudo o que é diferente e estabelecendo uma fronteira simbólica entre o ‘normal/aceitável’ e o ‘patológico/inaceitável’, além de constituir comunidades imaginadas através de oposições binárias; e também podem ocorrer onde há desigualdades gritantes de poder, ou seja, direcionados contra grupos subordinados ou excluídos (HALL, 1997b).

Nesse sentido, há outro estereótipo também comumente atribuído às pessoas com deficiência visual: o de que são todas inteligentes, dóceis, com grande potência, criativos e que são naturalmente bons músicos. Como prova disso, é possível citar o personagem Jatobá, na novela América² da TV Globo, que, inclusive, em algumas cenas, apareceu dirigindo um automóvel! Essas representações, na maioria das vezes, não correspondem ao cotidiano das pessoas com deficiência visual, a não ser que o leitor já tivesse visto um cego dirigindo pelas ruas... Nesse caso, percebe-se o papel da mídia como (re) produtora de significados.

De acordo com Mirzoeff (1997, p. 389), é recorrente também a ideia de que os sujeitos com deficiência visual têm uma percepção sensorial artística mais aguçada, por ‘enxergarem’ além daquilo que se pode ver de forma geral. Ou seja, no que tange ao acesso à arte, ir além do visível em uma obra ou instalação artística permite que se possa pensá-la de outras formas. E esse processo se dá também através do entendimento de que outros sentidos estariam mais desenvolvidos diante da visão comprometida. Porém, para que as pessoas cegas e com baixa visão tenham acesso às produções artísticas, é preciso que existam os recursos de acessibilidade adequados para esses públicos.

É nesse sentido que a sociedade – e conseqüentemente os produtores culturais – deve estar preparada e dotada dos meios necessários para contemplar a acessibilidade de cada uma dessas pessoas, seja com material em Braille ou em fontes ampliadas, audiolivros, audiodescrição ou outros tantos. Além disso, é necessário contar com profissionais minimamente preparados para lidar com as mais diferentes situações. O acolhimento é muito importante na acessibilidade para as pessoas com deficiência visual.

Percebe-se que, em muitos dos eventos que contam com recursos de acessibilidade, a exemplo da audiodescrição, além da presença do público com deficiência visual para assistir ao espetáculo, muitos cegos e pessoas com baixa visão têm comparecido para estarem junto ao seu grupo, para conviver e compartilhar sensações. Prova disso foi uma exposição de fotos

² A novela foi exibida em 2004, e o personagem Jatobá foi interpretado pelo ator Marcos Frota.

realizada com audiodescrição no centro da cidade de Porto Alegre³, onde muitos daqueles que assistiram ao evento e tinham deficiência visual relataram a satisfação de ter o acesso à arte, ainda mais de poder estar com outras pessoas com deficiência visual, ressaltando a sensação de pertença por meio dessa identificação.

Portanto, pode-se dizer que um indivíduo com deficiência visual não é mais aquele sujeito a quem se tem a obrigação de nutrir sentimentos de comiseração, piedade e misericórdia devido à ‘catastrófica’ situação em que vivem. Aliás, no Brasil, as políticas públicas têm, gradualmente, buscado beneficiar a inserção social destas pessoas, como facultar aos cães-guia o direito de frequentar todo e qualquer espaço onde cegos e pessoas com baixa visão desejam ir ou estar. Entretanto, a atual lei de obrigatoriedade de audiodescrição na televisão brasileira precisa ser ampliada e implementada com maior abrangência, propondo que os filmes sejam exibidos nos cinemas com esse recurso, a fim de que não seja necessário esperar a película em DVD, por exemplo.

Nesse sentido, cabe a cada sujeito, que deseja a implementação dos recursos de acessibilidade, estar presente nos espaços culturais. Isso porque um dos diversos contra-argumentos de grande parte do mercado é de que não há público suficiente que justifique o investimento nesses recursos. No entanto, 3,5% da população brasileira representa um número bem considerável de sujeitos a serem contemplados pela acessibilidade em produtos culturais. Enfim, além de cobrar as políticas públicas, talvez fosse profícuo que os sujeitos com deficiência visual comparecessem aos ambientes culturais e reivindicassem o cumprimento dessas políticas e, ao mesmo tempo, gerassem essa demanda de mercado.

Para tanto, a acessibilidade e o incentivo ao consumo de bens culturais de grupos considerados outrora como minoritários têm sido de fundamental importância para colocar a evidência a constituição de outras representações e processos identitários. Mas, afinal, são as identidades que incentivam o consumo? Ou é o consumo que incentiva a formação de diferentes marcas identitárias? Ou ambos os processos estão relacionados? Os recursos de acessibilidade estão disponíveis para incentivar esse consumo ou são movidos e se efetivam devido ao consumo? Essas questões merecem aprofundamento de discussão na próxima seção deste texto.

Acessibilidade e consumo: reivindicando a diferença pela cultura

³ A exposição: “Essa cidade é a minha cara”, da artista Carmem Gamba, aconteceu no dia 11/01/2012. Mais detalhes e depoimentos dos entrevistados podem ser encontrados em: www.milpalabras.net.br.

Talvez para a frustração inicial do leitor, desde já, entende-se que não há respostas prontas ou definitivas para responder às questões anteriormente levantadas; até porque, como diz um *grafitti* bogotano, quando se aprendem todas as respostas mudaram as perguntas. Além disso, há algo ainda mais empolgante e possível diante dos questionamentos: a possibilidade de refletir sobre o tema, sem a necessidade de uma resposta hermética.

Assim, pretende-se aqui analisar como a acessibilidade pode proporcionar aos sujeitos com deficiência visual uma gama de possibilidades para o consumo cultural. Assim, propõe-se um debate sobre o modo como os grupos considerados minoritários podem usar a cultura como um recurso de reivindicação à identidade, através da diferença. Por fim, apresentar-se-ão dois exemplos de produtos culturais tidos como de acessibilidade: audiolivros e audiodescrição, através dos quais é possível demonstrar a potência desses recursos acessíveis aos sujeitos com deficiência visual.

Atualmente, vivemos em tempos de neoliberalismo, uma época na qual todos são considerados sujeitos livres e cabe ao Estado e à sociedade oferecer condições para que os indivíduos produzam e consumam, cabendo a eles terem ou não a capacidade de aproveitar as chances que lhes são concedidas. Exemplos disso são os programas sociais desenvolvidos pelo Estado brasileiro na última década, como é o caso do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, que visa fomentar o acesso à saúde, educação, cultura e outras formas de inclusão dos sujeitos com deficiência.

No que tange aos sujeitos com deficiências, as políticas públicas relacionadas à educação, leis de acessibilidade e inserção no mundo do trabalho – e conseqüentemente ao mercado consumidor – demonstram que a emergência dessas novas situações fazem parte de uma série de relações que vão além de mera ‘evolução’ social ou ‘benevolência’ do Estado ou da sociedade. Há a intenção de proporcionar as condições necessárias a esses sujeitos para que participem ativamente no mercado. Ou seja, um dos principais objetivos dessas novas políticas é o incentivo ao consumo por parte das pessoas com deficiência.

Portanto, para que esse consumo aconteça, esses sujeitos considerados ‘diferentes’, de alguma forma, devem estar incluídos na sociedade, mesmo que se delimitem diversos níveis possíveis de participação social (LOPES, 2009, p. 155). Isso significa que a promoção das leis de acessibilidade faz parte de uma teia de relações, cujo objetivo é dar condições de participação social, permitir que sujeitos com deficiência circulem pelos mais diversos ambientes, produzam e consumam.

Importa salientar que a aplicação da palavra ‘consumo’ neste texto não está relacionada ao seu significado mercadológico ou financeiro, mas, sim, no sentido de ‘uso’ de

algo para determinados fins. O consumismo moderno tem mais a ver com sentimentos e emoções (na forma de desejos), sendo individualista e mais preocupado em saciar vontades, que são identificadas subjetivamente. Atualmente, cada um de nós é – ou deseja ser – aquilo que consome. Nesse sentido, consumir passou a ser um dos delineadores mais comuns dos processos de identificação, pois o que eu compro fornece a comprovação do que eu sou. Diante do atual panorama social, os sujeitos confirmam ou até criam suas identidades através de seus gostos, ou de alguma marca visível que trazem consigo, como, por exemplo, a deficiência (CAMPBELL, 2006, p. 49-51).

É nesse sentido que a acessibilidade tem sido de fundamental importância para incluir os sujeitos com deficiência visual na ordem do consumo; ou seja, proporcionar os direitos a escolher frequentar ou não um espaço, consumir ou não um produto. Mas, ainda que sejam incipientes na sociedade brasileira, as ações de acessibilidade começam a colocar à disposição dos indivíduos determinadas possibilidades que não existiam outrora. Assim também o consumo desses produtos culturais possibilita entender a existência enquanto seres autênticos, ou seja, se eu “consumo, logo existo”; através da intensidade de sentimentos é que os indivíduos adquirem confiança de que necessitam superar a angústia existencial e se convencerem de que estão vivos.

Aos poucos, essas pessoas têm a oportunidade de cada vez mais circular pelos espaços sociais, públicos ou privados, nos quais podem conviver com outros indivíduos ‘diferentes’ e ‘semelhantes na sua diferença’, partilhando experiências e vivências. A exposição a estes estímulos produz reações de identificação com esses artefatos culturais – aqui entendidos como reguladores culturais –, que provocam mudanças nas constituições identitárias. Assim, como já afirmado anteriormente, o acesso proporciona que sejam modificadas algumas das representações vinculadas a um viés clínico e, com isso, tem-se a possibilidade de construção de outras calcadas nas suas potencialidades. Além disso, o acesso aos produtos culturais tem sido fundamental para a inserção social das pessoas com deficiência visual.

Nos últimos anos, a cultura tem sido utilizada como um instrumento para se alcançar justiça social e promover os direitos humanos aos grupos considerados minoritários. O Estado tem investido uma relativa quantidade de recursos para prover essa inclusão pela cultura. Isso pode ser comprovado com a série de editais lançados pelo governo brasileiro oferecendo incentivos fiscais e prêmios em dinheiro para projetos que contemplem e efetivem as políticas de acessibilidade e produção artística de pessoas com deficiência visual. A cultura está voltada cada vez mais para a diferença e para os processos de identidade dos grupos minoritários.

À medida que a identidade é desenvolvida em um contexto cultural coletivo, debate-se a inclusão dessas “comunidades da diferença” [...] as práticas culturais dos grupos minoritários puderam ser entendidas como estratégias comunitárias. A cultura serve a esses grupos como reivindicação de direitos a esses grupos considerados marginais. A cultura é o que cria os espaços onde as pessoas se sentem seguras e em casa, onde elas se sentem pertencentes e participes de um grupo (YÚDICE, 2006, p 43).

Essa reivindicação de direito à diferença pela cultura é possível porque tem ocorrido essa ampliação de recursos de acessibilidade para que as pessoas com deficiência, ao consumirem os produtos culturais, se identifiquem – ou não – com eles, para que se tenha cada vez mais artistas com deficiência visual, com quem o público consumidor se identifica e se sente pertencente culturalmente. Essa ideia de protagonismo da diferença faz com que as identidades e as marcas culturais características dos grupos minoritários, como os deficientes visuais, façam da cultura seu ponto de encontro e coesão enquanto grupo. Isso permite que se use a cultura e a arte mais especificamente como um recurso de reivindicar as particularidades dos grupos, e não mais o desejo de ser “normal”.

Segundo Borges (2009, p. 149), a cegueira – e a baixa visão também – é um estilo de vida, um modo de viver os acontecimentos e até um dom que nos permite vivenciar diversas experiências diferentes. Entretanto, a maioria das produções culturais não são pensadas para contemplar as especificidades dos sujeitos com deficiência visual. Em um mundo em que o visível toma cada vez mais espaço, como proporcionar o acesso aos produtos culturais para esses sujeitos, levando em conta essas particularidades?

Nesse sentido, assume-se que os recursos de acessibilidade são fundamentais para valorizar esse estilo de vida e esse modo diferente de perceber o mundo por parte das pessoas com deficiência visual. Tais ações de acessibilidade proporcionam aos indivíduos com deficiência visual a possibilidade de consumir produtos que, em princípio, pareceriam eminentemente visuais e, portanto, sem qualquer viabilidade de acesso a essas pessoas.

Como prova disso, a audiodescrição contempla as singularidades de percepção da maioria dos deficientes visuais, permitindo que haja uma identificação entre o consumidor e o produto consumido. Assim, entende-se que as pesquisas sobre acessibilidade e o desenvolvimento de produtos culturais acessíveis têm uma grande importância no que diz respeito ao acesso aos produtos culturais e ao acolhimento das peculiaridades dos sujeitos com deficiência visual, o que proporciona a estes a possibilidade de conhecer, experienciar e sentir aquilo que está consumindo.

Existem vários recursos de acessibilidade para as mais diversas situações e especificidades, tais como os programas de computador que ampliam o *zoom* da tela, os

sintetizadores de voz e outros tantos. Porém, neste texto, opta-se pela análise de dois desses recursos: audiolivros e audiodescrição. Primeiro porque eles são utilizados com mais frequência e podem atender a um público muito amplo. E, segundo, porque se tem valorizada a possibilidade de construir e de “ver” imagens através da percepção auditiva.

Os audiolivros são produtos já relativamente antigos se levarmos em conta a série de novidades que surgem de tempos em tempos. Inicialmente, usavam-se fitas k-7 – talvez um leitor mais jovem nunca tenha ouvido falar nisso –, nas quais determinadas pessoas gravavam suas leituras de textos para que as pessoas com deficiência visual ouvissem. Ainda na década de 1970, os Estados Unidos foram pioneiros em estabelecer bibliotecas de audiolivros em suas universidades.

Foi no final dos anos 1980 que começou a produção de livros lidos e gravados em português, que eram, em sua maioria, compostos por acervos técnicos de áreas como Direito, por exemplo. Eram gravados de acordo com a demanda gerada nas universidades. E, se levarmos em conta que naquele período não eram muitos os sujeitos com deficiência visual que chegavam ao Ensino Superior, pode-se ter uma ideia de que os títulos disponibilizados não tinham uma grande variedade temática.

No final dos anos 1980, surgiram os sintetizadores de voz, ou seja, programas de computador que leem o conteúdo da tela. Esses programas foram muito usados para gravar livros em áudio que ainda não existiam nos acervos, ou para bibliotecas particulares. Porém, sabe-se que por mais que esses programas tenham evoluído muito, dificilmente substituirá a voz humana (se bem que, dependendo de qual voz... vale mais a pena o sintetizador), que, principalmente em obras literárias, pode transmitir emoções e sentimentos que a voz ‘robotizada’ ainda não proporciona.

No entanto, com as mudanças tecnológicas e com as pesquisas e políticas públicas para a acessibilidade, passou-se a incentivar a inserção do mercado editorial na produção desses materiais, ampliando o universo de títulos e disponibilizando obras literárias. Com isso, a quantidade de literatura em formato de audiolivros, a qualidade do áudio e a locução dos mesmos tem melhorado significativamente.

Os audiolivros cada vez mais têm sido utilizados por outros públicos, não só o das pessoas com deficiência visual. Muitas pessoas têm feito uso em seus carros aparelhos mp3; afinal, é possível ouvir um livro a qualquer hora e em todos os lugares. Por isso, a procura por essa forma de literatura aumentou consideravelmente nos últimos anos. Pesquisando nas lojas e nos sites das grandes livrarias do país, é possível encontrar um número cada vez maior de audiolivros disponíveis para a venda. Mesmo assim, a maioria deles são livros de

autoajuda (que ajuda muitíssimo a quem os vende), os chamados best-sellers, os clássicos da literatura nacional e obras escritas por pessoas com deficiência ou que tragam questões relativas aos processos de inclusão.

Diante disso, existe ainda uma regulação do mercado sobre quais produtos podem ou não ser consumidos, quais os livros ideais para o público com deficiência visual. Com isso, uma série de outras obras que mereceriam ser acessadas por esses sujeitos ficam ainda no ostracismo. Talvez porque se acredita não haver quem os consuma, ou por uma tentativa de homogeneizar o mercado literário. Enfim, acredita-se que, apesar da grande quantidade de obras audiolidas, ainda é preciso ampliar o universo de gêneros e estilos literários dos audiolivros.

Já a audiodescrição tem sido cada vez mais utilizada como forma de proporcionar acesso dos deficientes visuais aos museus, exposições e principalmente filmes. Surgida nos anos 1970, nos Estados Unidos, levou três décadas para chegar efetivamente até o Brasil. Para muitos estudiosos, o ‘marco zero’ da audiodescrição no país é a mostra de cinema *Assim Vivemos*, na qual são apresentados filmes sobre pessoas com deficiência.- Na edição de 2003, aconteceram exposições de filmes com audiodescrição, recurso de acessibilidade que pode ser entendido como:

A narração detalhada de tudo o que acontece em cena para que pessoas que não enxergam compreendam o conteúdo da obra.

Essa descrição objetiva dos elementos visuais - ações, cenários, figurinos, gestos, expressões faciais, efeitos especiais e textos apresentados de forma gráfica - permite a inclusão de pessoas com deficiência visual como consumidores de produtos audiovisuais (www.milpalavras.net.br ; acessado em 11/11/2011).

A atividade de ir a uma exposição e conseguir compreender o significado das obras, ou saber como são os objetos em museus é uma possibilidade fantástica e talvez até sem precedentes, já que são espaços eminentemente visuais, dos quais os deficientes visuais normalmente se distanciavam, ou tinham grande dificuldade em acessar sem a ajuda de outra pessoa. Porém, os produtos mais comumente audiodescritos são os espetáculos teatrais e, principalmente, filmes de curta ou longa-metragem. Ao contrário do que se pode imaginar, não se trata apenas de colocar alguém para descrever a imagem entre os hiatos de diálogos dos filmes. É preciso ter habilidade de interpretar e descrever as imagens, conseguir roteiros cujas palavras sejam de entendimento para um público abrangente, além de uma locução que transmita as sensações através da voz de quem narra.

Assume-se, neste texto, que uma audiodescrição de qualidade é aquela que proporciona um senso estético, que permite a quem ouve ter as mesmas sensações do que aquele que enxerga. Se a audiodescrição é pensada como uma construção literária das

imagens, pode ser entendida como uma produção artística. Pensando assim, é possível avançar na ideia de que basta aos sujeitos com deficiência visual entenderem os espetáculos ou filmes descritos, ou seja, além de participar, pode-se também sentir aquilo que está sendo assistido. Isso nos permite partilhar das sensações com todos os demais, participando socialmente, tendo nossas especificidades e nossa diferença contemplada.

Concordando com a jornalista Mariana Baierle Soares,

Quando penso na audiodescrição, ainda me parece um sonho. Um universo infinito a ser explorado e desvendado em cada detalhe. Audiodescrição, em outras palavras, significa liberdade, autonomia, igualdade e respeito às diferenças. O acesso à cultura, ao entretenimento e à informação resgata o sentimento de pertencimento e de integração a um contexto, até então, inacessível e distante. (www.tresgotinhas.wordpress.com ; acessado em 11/11/2011).

Portanto, os audiolivros e a audiodescrição possibilitam o acesso à cultura, contemplando as particularidades e respeitando as diferenças dos sujeitos com deficiência visual, como também proporcionam o consumo e a identificação com tais produções culturais. Assim, a ampliação dos mercados consumidores tem fomentado a consolidação dos direitos aos grupos minoritários e constituindo outras representações acerca dos deficientes visuais.

Esticando horizontes

Historicamente, as representações sobre as pessoas com deficiência visual foram repletas de situações que interferiram no modo como esses sujeitos se relacionavam com o mundo, ou seja, principalmente posicionados como ‘anormais’, viviam às margens da sociedade, assim como outros grupos minoritários.

Com a emergência do neoliberalismo e das reivindicações pela identidade através do direito à diferença, as representações associadas às pessoas com deficiência visual passam a ser questionadas, dando lugar a outras, vinculadas a perspectivas culturais que valorizam as marcas culturais compartilhadas por esses grupos.

Os recursos de acessibilidade voltados aos produtos culturais, aqui ‘olhados’ a partir da audiodescrição e dos audiolivros, ao mesmo tempo em que incentivam o consumo, promovem uma ampliação do horizonte cultural por parte das pessoas com deficiência visual, ou seja, favorecem o acesso a produções que, há algum tempo, seriam inviáveis. E isso aumenta o campo de atuação rumo à reivindicação de direitos à diferença.

Ouvir livros, ir a uma sessão de cinema com audiodescrição ou outra forma de acessibilidade à cultura pode representar para as pessoas com deficiência visual uma

possibilidade de ampliação da percepção de mundo e do senso estético, ou seja, um cintilante esticador de horizontes, potencializando a identificação e a inserção em espaços artístico-culturais.

Bibliografia

AMARAL, Ligia Assumpção. **Resgatando o passado: Deficiência como figura e vida como fundo**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004.

BORGES, Jorge Luis. **Siete noches**. Madrid: Alianza Editorial; 2009.

CAMPBELL, Colin, **Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno**. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2006.

FREIRE, Ida Mara. **A experiência sobre a cegueira**. In: *Revista Benjamim Constant*. n.31 Rio de Janeiro: MEC; 2005.

GIL, Marta (org). **Deficiência Visual (cadernos da TV Escola)**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação à Distância; 2000.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre: v. 22, n. 2; UFRGS; 1997a.

_____. The work of representation. In: Hall, Stuart. (org.) **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997b.

LOPES, Maura Corcini. **Políticas de inclusão e governamentalidade**. Porto Alegre: *Educação & Realidade*; v.34, n.2 (Maio/ago 2009).

MIANES, Felipe Leão. **Produções culturais de pessoas com deficiência e reivindicação da diferença**; Canoas: Anais do IV Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação; 2011.

MIRZOEFF, Nicholas. **Blindness and Art**. In: DAVIS, Leonard J. *The disability Studies Reader*. New York: Routledge; 1997.

SOUZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade de deficientes visuais aos ambientes digitais/virtuais**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado: UFRGS; 2004.

YUDICE, George. *A conveniência da cultura: os usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG; 2006.

Sites consultados

<http://www.milpalavras.net.br> ; acessado em 11/11/2011

<http://www.tresgotinhas.wordpress.com> acessado em 11/11/2011